

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019
(Da Sra. Dra. Soraya Manato)

Altera os Artigos 4º e 5º do Decreto-Lei nº. 4.657, de 4 de setembro de 1942, que dispõe sobre a “Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A presente lei altera artigos 4º e 5º do Decreto-Lei nº. 4.657, de 4 de setembro de 1942, para dispor sobre a aplicação do ordenamento jurídico pelo juiz.

Art. 2º Os Artigos 4º e 5º do Decreto-Lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942, passa a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 4º. Quando não houver norma específica no ordenamento jurídico, o juiz decidirá de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito. (NR)

Art. 5º. Na aplicação do ordenamento jurídico, o juiz observará a Constituição e atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei, inspirado em projeto de lei similar apresentado em 2015 pelo deputado Carlos Manato, tem como objetivo apenas consolidar o senso comum jurídico de que a norma está inserida em um todo, no chamado ordenamento jurídico. Ou seja, quando o magistrado decide um caso concretamente não faz outra coisa senão aplicar o ordenamento jurídico de referência.

Quando o magistrado não encontrar uma norma específica para o caso que tenha sido submetido a sua apreciação, é no âmbito de todo o ordenamento jurídico que passará, automaticamente, a buscar os meios que nortearão a sua decisão acerca demanda.

Ademais, altera-se também o art. 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – por gerações denominada “Lei de Introdução ao Código Civil” - para dar destaque especial ao princípio da dignidade da pessoa humana e à observância da Constituição, citando-os, nominalmente. Norma de igual jaez foi introduzida no art. 8º do novel Código de Processo Civil (Lei nº. 13.105, de 2015). Poder-se-ia dizer que a citação da Constituição Federal peca pela tautologia, pois é evidente que a Constituição se sobrepõe ao Ordenamento Jurídico obrigando-o. No entanto, acreditamos ser instrutiva a citação, ademais, citando velho provérbio jurídico: “o que abunda não prejudica”.

A redação aqui oferecida pode se abrir a outros debates e outras críticas, mormente em terreno tão cheio de posições doutrinárias diversas, não se deixando olvidar os consequentes debates zetéticos que a proposta possa suscitar.

Conto com o apoio dos meus pares para a discussão e aprovação dessa medida legislativa que acredito ser importante.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputada Dra. Soraya Manato
Deputada Federal